

DESIGUALDADE RACIAL E FORMAÇÃO DE PROFESSORES: DESAFIOS A ENFRENTAR

Ricardo de Souza **Janoario** – UFRJ

Rita de Cassia de **Oliveira e Silva** – UFRJ

INTRODUÇÃO

No Brasil, criou-se a ideologia da democracia racial para explicar que as oportunidades são iguais para todos e que quem não consegue obter sucesso logicamente é taxado de incompetente. Diante dessa perspectiva, cabe perguntar: como a escola tem abordado as questões sobre desigualdade racial? O campo da formação de professores tem direcionado o seu foco para debate da questão? As questões sobre desigualdade racial têm tido relevância, no processo de formação de professores? É interessante debater sobre questões raciais na escola, tendo em vista a diversidade que compõe o universo escolar brasileiro? Quais são as estratégias que os profissionais de educação têm desenvolvido para lidar com a desigualdade racial na escola? Qual a importância de se desenvolver uma Pedagogia Anti-racial? Quais estratégias assumir, para tornar possível uma educação que combata as práticas de racismo no interior da instituição chamada escola?

Longe de responder todas essas questões supracitadas, porém com intuito de chamar atenção para o debate assíduo da questão racial na escola, percebemos que nos últimos anos há um esforço por parte de alguns intelectuais para contribuir com a reflexão sobre a questão racial, visando disponibilizar aos gestores, professores e formuladores de políticas públicas, um conjunto de trabalhos que aprimorem o conhecimento do tema da desigualdade racial e contribuam no desafio de seu enfrentamento. (POCHMANN, 2008).

Segundo Jaccoud (2008) o objetivo de redução da desigualdade social tem se mostrado insuficiente diante da meta em reduzir as desigualdades raciais. A experiência de políticas universais nos últimos 20 anos tem mostrado seus limites, face aos mecanismos recorrentes de reprodução do preconceito da discriminação racial veiculados no interior das instituições sociais, inclusive escola, postos de saúde, hospitais, instâncias policiais e judiciais.

Coadunamos com as ideias de Heringer (2002) ao afirmar que as desigualdades são graves e, ao afetarem a capacidade de inserção dos negros na sociedade brasileira, comprometem o projeto de construção de um país democrático e com oportunidades iguais

para todos. No entanto, persiste ainda uma grande dificuldade para a abordagem das desigualdades raciais em âmbitos nacionais.

POR QUE ESTUDAR QUESTÃO RACIAL E FORMAÇÃO DE PROFESSORES?

Desde a III Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e as Formas Conexas de Intolerância, em Durban (2001) – África do Sul, ações tanto no campo da educação quanto do mercado de trabalho têm sido adotadas, com objetivo de combater os estereótipos e comportamentos que prejudicam o acesso a oportunidades iguais. Percebe-se ainda o desenvolvimento de programas de valorização da cultura e da história negra, reforçando aspectos da identidade com vistas a ampliar o reconhecimento da diversidade cultural existente no Brasil.

As áreas do trabalho e da educação vêm merecendo particular atenção tendo em vista que são áreas em que as queixas de discriminação são mais numerosas¹. No Brasil, ainda considera-se que a questão racial é somente um “problema do negro”, e não fruto da discriminação entre as relações que acontecem no cotidiano. De fato, as novas formas de organização do trabalho e da educação trazem novos desafios para as políticas de igualdade de oportunidade para homens e mulheres. (SOARES, 2000).

A educação, segundo Henriques, (2001, p.26), tem sido indicada como um dos pontos que explicam a desigualdade de rendas em nosso país. Alguns estudos identificam a educação como fator explicativo da desigualdade racial.

Alguns estudiosos como Urani (1994), associam os índices de desigualdades raciais ao pouco acesso à educação, pois o preconceito no mercado de trabalho é mais evidente entre os trabalhadores com menor escolaridade. São expressivos os obstáculos encontrados pelos negros no trabalho, onde o direito de trabalhar perpassa, antes das habilidades profissionais pela cor da pele e pela determinação do sexo. A discriminação do negro no mercado de trabalho é um fato, de longa data, como acrescenta Oliveira (1999, p.43): “Analisando o problema da cor na força do trabalho em anos recentes, 1982 e 1987 a 1990 a partir de dados do IBGE, percebo que a condição de inferioridade dos afro-descendentes se mantém ao longo dos anos”.

¹ (Cf. A discriminação Racial. Org. Kabengele Munanga. São Paulo: EDUSP, 1996.)

Diante dessa perspectiva, decidimos investigar qual a relevância de se estudar o tema da questão racial no âmbito da formação de professores, fazendo um levantamento das Teses e Dissertações na Base de Dados da Capes, percebendo que o tema ainda se encontra de forma tímida. Ao analisarmos o tema, em nível de *MESTRADO*, sentimos falta de estudos que contemplassem a questão, em especial, quando unimos à temática *Formação de Professores e Igualdade Racial* e/ou *Formação de Professores e Racismo*. Confira o quadro a seguir:

QUADRO I

MESTRADO/ ANO	FORMAÇÃO DE PROFESSORES	RACISMO	IGUALDADE RACIAL	FORMAÇÃO DE PROFESSORES E IGUALDADE RACIAL	FORMAÇÃO DE PROFESSORES E RACISMO
2001	489	21	0	0	3
2002	634	18	1	0	1
2003	769	31	8	1	2
2004	861	19	2	0	0
2005	962	34	4	1	3
2006	1040	52	15	2	3
2007	1050	45	6	0	6
2008	1195	60	17	2	12

Fonte: Banco de Teses e Dissertações (CAPES)

Ao pesquisarmos o tema em nível de *DOUTORADO*, a temática se torna ainda mais invisível, mostrando a necessidade de pesquisas na área. Veja o quadro:

QUADRO II

DOUTORADO/ ANO	FORMAÇÃO DE PROFESSORES	RACISMO	IGUALDADE RACIAL	FORMAÇÃO DE PROFESSORES E IGUALDADE RACIAL	FORMAÇÃO DE PROFESSORES E RACISMO
2001	113	6	0	0	0
2002	132	7	1	0	0
2003	165	11	2	0	1
2004	169	15	4	0	0
2005	229	12	1	0	2
2006	210	14	0	0	1
2007	248	15	2	1	4
2008	293	16	2	0	0

Fonte: Banco de Teses e Dissertações (CAPES)

Diante de tal análise, nos instiga a investigar quais as problematizações que têm tomado espaço da pauta formação de professores, tendo em vista que permanência do racismo interpessoal e institucional na sociedade brasileira funcionam como uma barreira à

ascensão social de negros em todas as esferas da sociedade. A carência de políticas públicas universais para a população mais pobre do país. A falta de oportunidades educacionais, de políticas de proteção social e de política de inclusão no mercado de trabalho formal da população tem contribuído para impedir o desenvolvimento social da maioria da população negra. (IPEA, 2008).

Na medida em que a discussão da identificação racial ganha lugar nas páginas dos jornais tornando-se assim um tema legítimo; ao passo que os negros são apresentados nas telenovelas como protagonistas e não apenas empregados domésticos, coadjuvantes; na medida em que negros são vistos compondo o Supremo Tribunal Federal e ocupando os mais diversos cargos na política; na medida em que o Movimento Negro sai da marginalidade e ocupa espaços no debate político, a identidade negra tem se fortalecido.

OBJETIVOS

Diante do exposto, o presente estudo tem como foco principal analisar os temas da questão racial e da formação de professores.

OBJETIVO GERAL

- Discutir a Questão Racial (Desigualdade Racial) e a Formação de Professores a partir de uma perspectiva multicultural, analisando em que medida tal debate encontra eco no processo de formação do profissional de Educação.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Discutir potenciais da perspectiva multicultural para a pesquisa sobre a formação professores;
- Discutir possibilidades e possíveis caminhos para a formação de professores, em uma perspectiva multicultural, contemplando a temática racial.

REFERENCIAL TEÓRICO

A partir da problemática anteriormente exposta, o presente estudo tem como eixo norteador o Multiculturalismo. O termo “Multiculturalismo” tem se tornado “moda” em grande parte dos discursos atuais, porém este tema não pode ser tratado apenas como um “modismo”, pois identidades étnicas, raciais, de gênero e outras têm sido sistematicamente silenciadas em currículos monoculturais, homogeneizadores, com sérias conseqüências para a educação de futuras gerações. (BOYLE-BAISE e GILLETTE; CANEN; GRANT e WIECZOREK; PINTO apud CANEN e OLIVEIRA, 2002).

O projeto multicultural insere-se em uma visão pós-moderna de sociedade uma vez que, diversidade, descontinuidade e diferença são percebidas como categorias centrais. Sua vertente mais crítica denomina-se “multiculturalismo crítico” ou perspectiva intercultural crítica. (CANEN e CANEN, 2005). Trata-se de ir além da valorização da diversidade cultural em termos folclóricos ou exóticos, para questionar e verificar como se dá a construção das diferenças, ou seja, a construção dos estereótipos e preconceitos contra aqueles percebidos pelas classes dominantes como “diferentes” no seio das sociedades.

A perspectiva intercultural defendida por Candau (2008) deseja promover uma educação para a alteridade, ou seja, para o diálogo entre os diferentes grupos sociais e culturais, uma educação que possa permear a negociação cultural, que encare os conflitos provocados pela assimetria do poder entre os diferentes grupos e que seja capaz de favorecer a construção de um projeto comum, pelo qual as diferenças sejam dialeticamente incluídas.

METODOLOGIA

Como metodologia optou-se por fazer um levantamento inicial da pesquisa sobre os temas: *Questão racial e Formação de Professores*, tendo como objetivo chamar atenção para o debate das questões: *desigualdade racial e formação profissional*, tomando como base o Banco de Teses e Dissertações (CAPES), no intervalo de 2001-2008, mostrando a relevância de se debater o assunto no âmbito da formação de profissionais de educação, proporcionando visibilidade ao tema em instâncias educacionais. Tomamos como referência o ano de 2001, onde o Brasil assumiu a responsabilidade, na Conferência de Durban, em combater quaisquer formas de discriminação na sociedade brasileira.

CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

De fato, ao nos debruçarmos sobre a questão racial e a formação de professores vale instigar o debate nos cursos de pós-graduação. Cabe investigar discursos que evidenciem a iniciativa de aprofundamento teórico a fim de melhor compreender e transformar a prática pedagógica tendo como fundamento a questão étnico-racial, o que coloca em evidência a formação continuada de professores.

REFERÊNCIAS

CANEN, A.; CANEN, A. G. Rompendo Fronteiras Curriculares: o multiculturalismo na educação e outros campos de saber. **Currículo sem Fronteiras**, Porto Alegre-RS, v. 5, n. 2, p. 40-49, 2005.

CANEN, A.; OLIVEIRA, A.M.A. Multiculturalismo e currículo em ação: um estudo de caso. **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro, RJ, n. 21, p.61-74, 2002.

HENRIQUES, R. **Desigualdade racial no Brasil**: Evolução das Condições de Vida na Década de 90. Rio de Janeiro. IPEA, 2001.

HERINGER, R. Ação afirmativa e combate às desigualdades raciais no Brasil: o desafio da prática. Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 13, 2002, Ouro Preto. **Anais...** Recife: abep. cd-rom, 16 p. Disponível em www.abep.org.br

IPEA. **Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça**. 3ª ed. – análise preliminar dos dados. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada / Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher. Brasília, setembro, 2008.

JACCOUD, L. (org). **O combate ao racismo e a desigualdade**: O desafio das políticas públicas de promoção da igualdade Racial. Ipea, 1ª ed. 2008.

MUNANGA, K. O anti-racismo no Brasil. In: (org). **Estratégias e políticas de combate à discriminação racial**. São Paulo. Editora USP, Estação Ciência, 1996.

OLIVEIRA, I. **Desigualdades raciais**: construções da infância e da juventude. Niterói: Intertexto, 1999.

POCHMANN, M. Rumos da política do trabalho no Brasil. In SILVA, M.O. e YAZBEK, M. C. **Políticas Públicas de Trabalho e Renda no Brasil Contemporâneo**. São Paulo Cortez, 2008, pp. 23-40.

SOARES, S. S. D. **O perfil da discriminação no mercado de trabalho** - homens negros, mulheres brancas e mulheres negras. Texto para Discussão do Ipea no. 769. 2000.

URANI, A. (Org.); Mendonça, R. (Org.) . **Estudos Sociais e do Trabalho**. Rio de Janeiro: IPEA, 1994. v. 1. 288 p.